

N A R R A R P O R



CON

GR

ES

SOS

N A R R A R
P O R
C O N G R E S S O S

*Urbanismos sem vestígios de fronteiras?
Debates em torno de narrativas sobre
o campo disciplinar no continente americano*

F E R N A N D O
A T I Q U E

J O S I A N N E
F R A N C I A
G E R A S O L I

L E O N A R D O
N O V O

ALGUNS MODOS DE QUESTIONAR
E NARRAR OS COMEÇOS

Pode ser, em certa medida, embaraçoso abordar com franqueza nossos modos de narrar as histórias do urbanismo. Sem fugir à crítica, muito provavelmente pode-se assumir como desconfortável interrogar sobre como são elaboradas e apresentadas nossas narrativas históricas sobre qualquer tema que buscamos exemplificar. Mas podem ser ainda mais desconcertantes quando nos voltamos a temas que atravessam questões contemporâneas, pois, ao menos desde o *século XIX*, mostram-se contaminados por nacionalismos e por avaliações reiteradamente positivas sobre a modernização tecnológica, da qual somos herdeiros. O embaralhamento com fantasmagorias nacionais e de progresso assume diversas formas nesses modos de narrar, embora seja indisfarçável e inconfessável, mesmo quando inconsciente, e tais ideações têm persistido nas interpretações sobre a história do urbanismo. Essas duas presenças, do nacional e do progresso, parecem sempre capazes de revogar nossas reiteradas tentativas de questionar as bases dessas narrativas, de estabelecer outras referências para nossos modos de narrar esse passado recente. A despeito do avanço da crítica e da sofisticação teórico-metodológica promissoras, a persistente presença das fronteiras e da aposta no progresso parece nos empurrar para um trilho limitante e previsível.¹

Para podermos pensar esses modos de narrar de forma a revigorar algumas questões importantes sobre a história voltada a temas urbanos, se formos bem-sucedidos, voltamos o olhar para o início do século XX, buscando preservar alguma lucidez ante o perigo dos vestígios legados por numerosas e simultâneas pautas então em vigência: as pistas que ele nos deixa insistem na discussão sobre fronteiras, mesmo quando evoca dinâmicas atenuadas, como a questão da circulação e do debate internacional. As mesmas pistas ainda fixam uma linearidade dificilmente percebida de modo determinante e inequívoco por agentes e dinâmicas responsáveis pelas escolhas feitas nessa trajetória. Diante dessa cautela, optamos por puxar os fios desses modos de narrar a partir de vestígios e de registros dessas escolhas, evitando algumas armadilhas de interpretações da historiografia, sobretudo quando a seleção de temas e sinais parece tautológica, ou seja, antecipa as conclusões da narrativa.

Embora os eventos principais que organizam esta reflexão estejam localizados no continente americano nos anos 1930 e 1940, puxamos os primeiros fios dessa narrativa partindo de elementos anteriores e exteriores a essa fronteira, na expectativa de que iluminem aspectos novos, distantes dos trilhos. Começamos com o Congrès International de l'Art Public, cuja primeira edição ocorreu na Bélgica em 1898, reunindo representantes de governos (entre eles, o estadunidense, o húngaro, o sueco, o francês, o holandês, o britânico e o belga), de municipalidades (são mais de 60 cidades, de Montreal a Odessa) e de sociedades e instituições profissionais (de arquitetura, de belas artes, de proteção de monumentos, de empreendedores, de arte pública e aplicada, de educação, entre outras). Além da abrangência significativa da iniciativa, confirmada pela presença nos debates de distintos campos disciplinares e de experiências de diferentes procedências, três aspectos da pauta desse primeiro congresso nos chamam atenção, entre outros, considerando os vestígios que buscamos discutir nestas reflexões.

Primeiro, há a preocupação em compartilhar as experiências, sobretudo em relação a dispositivos legais utilizados em diferentes contextos, tendo em vista a enunciada necessidade de armar os poderes públicos para a gestão da arte pública nas cidades. Outro aspecto é a percepção de que, apesar do caráter pragmático, deliberativo e conclusivo ao

buscar alinhamentos e meios de regulação sobre o tema, tratava-se da abertura de um debate e de um projeto de cooperação de médio e longo prazo sobre arte pública e cidade. Por fim, o formato do evento, similar a praticamente todos de caráter científico ou todos cujos debates remetiam a um fundo predominantemente disciplinar: sessões temáticas coordenadas por relatores e organizadas em torno de questionários remetidos antecipadamente a delegados; debate a partir das respostas, experiências narradas e ponderações compartilhadas sobre o tema da sessão; assembleia plenária com relatoria das sessões, apresentação, apreciação e votação das decisões geradas em cada sessão, na forma final de resoluções do congresso; publicação dos anais e difusão das resoluções e, opcionalmente, também dos debates; oportunidades de confraternização e convívio, na forma de ao menos uma recepção social, e organização de excursões e visitas guiadas.

Grande parte dessa dinâmica repetida por décadas ao longo dos congressos científicos está aparentemente baseada em protocolos diplomáticos, bastante usuais nos eventos oficiais de organizações internacionais, como as conferências sobre direito internacional, as reuniões para definição de acordos entre nações – sanitários, portuários, de comunicação etc. – e eventos políticos, como as Conferências Internacionais Americanas, por exemplo. Os vestígios desses eventos normalmente acabam por reforçar muito mais as decisões tomadas e os protocolos estabelecidos, em detrimento das mobilizações, negociações, encontros e debates nele ocorridos. Nem sempre são publicadas as atas na íntegra, como no caso da primeira e da terceira edição do Congrès International de l'Art Public, ocorridas respectivamente em 1898 e em 1905, esta durante a Exposição Universal de Liège. A publicação das chamadas memórias do evento de 1905 registra informações sobre a trajetória da iniciativa, os patronos e organizadores, a composição dos comitês internacionais, as adesões, as conferências preparatórias para os debates dos temas, o programa, os discursos, os trabalhos nas sessões, as resoluções da assembleia, bem como as ponderações dos membros em favor da criação de um Institut International de l'Art Public, sediado em Bruxelas.²

Os vestígios serão sempre fragmentários, e várias perguntas continuarão desafiando as narrativas mais assertivas. Mas, ainda assim, é

possível avançar significativamente na compreensão das dinâmicas e possibilidades consideradas então pelos agentes *à medida que abrimos espaços para que essas perguntas mobilizem mais nossos modos de narrar que as aparentes certezas da história posteriormente consolidada*. Nos anais do evento de 1905, por exemplo, alguns registros chamam atenção e relativizam certas afirmações imprecisas repetidas na historiografia. Entre os participantes do evento, encontramos representantes oficiais dos governos brasileiro, argentino, colombiano, chileno, uruguaio e mexicano, por exemplo, contrariando certa percepção corrente sobre a suposta inexistência desse interesse no continente americano.³ Certamente, a simultaneidade entre o Congresso e a Exposição Universal de Liège tornou a ocasião propícia para isso, mas a essa altura a programação concomitante de eventos paralelos durante as Universais já era prática institucionalizada e esperada.⁴ Ajuda a situar, também, a presença de representantes do Japão e da China ao lado dos representantes do continente americano, num momento em que esses deslocamentos eram bastante exigentes. Contextualiza também a ampliação da presença de representações de cidades como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Nova York, Chicago, Boston, São Francisco, Montreal, bem como a participação como delegado do governo americano de um certo senhor Baldwin, proveniente de Nova York, que ampliou nossas possibilidades para situar melhor o alcance do que chamamos aqui “narrar por congressos”.

Embora os vestígios encontrados *não* permitam afirmar com toda certeza a identidade de Baldwin, é possível inferir que se trate do legislador estadunidense Simeon Baldwin, membro ativo de diversas associações de ciências, de artes, de arqueologia, de história, de filosofia, de ciência política e de direito internacional e delegado do governo estadunidense no congresso de 1898. Seria ainda o autor de uma iniciativa bastante *útil* para avançarmos na compreensão dos debates nos encontros internacionais de especialistas. Publicou, em 1907, no *American Journal of International Law*, um breve texto de análise e um extensivo compilado com dados básicos de centenas de congressos e conferências internacionais ocorridos desde 1826. São eventos internacionais sobre os mais variados temas, como leis e relações internacionais, protocolos comerciais e sanitários, questões relativas ao trabalho e à economia, feiras e exposições, editores e

imprensa, distintas áreas da ciência, educação, navegação e comunicações, associações profissionais, filantropia, entre tantos outros interessantes, como o próprio I Congrès International de l'Art Public que mencionamos, organizado em Bruxelas, em 1898, mesmo ano do Congreso Científico Latino Americano, ocorrido em Buenos Aires; o III Congreso Medico Latinoamericano, ocorrido em Montevideú, em 1907; o General Sanitary and International Conference of the American Republics, em Washington, 1905; entre tantos outros mencionados no compilado de Baldwin.

As publicações de Baldwin (1907a, 1907b) parecem ter aberto espaço para uma série de atualizações editadas em cada um dos quatro números anuais do *American Journal of International Law* desde então, 1907, até 1950, com o título de “Chronicle of International Events”.⁵ Embora não sejam esclarecidos os motivos dessa constante catalogação de eventos no período, o conjunto constitui um acervo valioso de referências para busca de informações mais detalhadas acerca de cada um dos eventos, listados cronologicamente mês a mês em cada uma das mais de 170 crônicas. Independentemente das temáticas e das questões pautadas por pesquisas sobre o período contemporâneo, é possível contar com pistas como essas para, de saída, contornar armadilhas dos discursos nacionalistas e daqueles que naturalizam o progresso. Constituem vestígios singulares de relações cujas fronteiras, *tênues ou inexistentes*, mesmo considerando-se os distintos campos disciplinares em formação, *não poderiam* antecipar origens ou desdobramentos.⁶

Se voltarmos a atenção, por exemplo, para o período de vigência dos eventos e publicações sobre arte pública mencionados, originários de debates entre os belgas entre 1898 e 1913, seria possível reunir mais de uma dezena de iniciativas direcionadas objetivamente às *questões urbanas*, provenientes de distintos campos disciplinares, associações, práticas profissionais e localidades. Mesmo restringindo o foco apenas para aquelas que se ocupam de dimensões técnicas, como infraestrutura e gestão, deixando propositalmente de lado a multiplicidade de questões sociais e políticas que atravessavam os temas urbanos no período, teríamos um arco de temas tão amplo quanto o próprio campo interdisciplinar no qual se configurou o urbanismo ao longo da história. São congressos internacionais de

arte pública, de arquitetura, de higiene e demografia, de saneamento e salubridade da habitação, pela proteção das paisagens, congressos *médicos* e exposições internacionais de higiene, além do congresso internacional e exposição comparada de cidades e da sempre referenciada Town Planning Conference, de 1910, entre outros, a maior parte deles com mais de uma edição no entre-guerras.

Considerando os vestígios das memórias e atas publicadas em cada evento, seria possível ainda identificar uma série expressiva de temas pautados a partir de outros campos disciplinares e, mais tarde, apropriados e sistematizados como próprios ao urbanismo. Se ficarmos, mais uma vez, com o exemplo da arte pública, será possível acompanhar nos congressos e na *Revue de l'Institut International d'Art Public* a frequente discussão de aspectos que ultrapassam em muito a dimensão estética, tais como a gestão urbana, analisada do ponto de vista da regulamentação e legislação, e também pelo viés social, educacional e técnico, como nos debates sobre melhoramentos urbanos, definições sobre arruamento, equipamentos urbanos e materiais construtivos. Uma enquete publicada no periódico em 1907 buscava atualizar informações sobre os ambientes em que atuavam os membros do instituto em relação à arte urbana. Entre as sete questões apresentadas, chama atenção a que se refere diretamente a planos de conjunto urbanos de caráter racional para a criação ou transformação de bairros, praças, parques, bosques, florestas ou “lugares destinados não à construção mas à higiene e ao recreio das populações urbanas”. (CHRONIQUE... 1907-1908, p. 91-92) A enquete é assinada pelas seis seções que então compunham a instituição, cujas denominações não deixam igualmente de participar desse delineamento fluido de fronteiras disciplinares nos inícios do urbanismo: aspectos da cidade e do campo; planos traçados e técnicas; administração pública; espetáculos, cerimônias e festas públicas; conservação e proteção técnica; legislação e regulamentação.

São numerosos e promissores os caminhos abertos por vestígios como esses, ou seja, os registros feitos em torno dos eventos internacionais no período. Trata-se de uma escolha narrativa – portanto, interpretativa – definir previamente quais eventos considerar, sobretudo quando a opção se apoia em desígnios estabelecidos fora das dinâmicas dos

acontecimentos, em fronteiras políticas indiferentes aos desafios profissionais ou no futuro do campo disciplinar, apaziguado por interpretações que suavizam embates e incertezas da época. Ao analisar o encadeamento dos eventos distintos e dos agentes e pautas neles presentes desde as últimas décadas do século XIX, *é difícil não admitir certo desconforto em notar a reafirmação repetida da importância atribuída a alguns eventos e algumas supostas centralidades. Afinal*, a leitura de um evento internacional como a Town Planning Conference, em 1910, tomando-o como parte do ampliado debate de um campo em construção, multiplica as possibilidades de compreendermos mais a respeito desses processos históricos, tanto considerando as pautas e referências quanto os sujeitos e a abrangência, ou ainda os protocolos e as repercussões do evento.

Enquanto agentes e agenciamentos tendem a ter suas dinâmicas experienciadas localmente, as relações e os fluxos são definidos globalmente, em dinâmicas mais complexas e menos sujeitas a definições isoladas ou singulares, em arcos temporais mais dilatados e pouco uniformes.⁷ Talvez resida nessa propriedade o aspecto mais crítico ao se definir em que escala narrar a história sem deixar em risco a complexidade que a constitui. É com essa preocupação em mente que fazemos um duplo movimento em nossa narrativa a partir deste ponto: ajustamos o olhar para investigar a questão a partir do continente americano e avançamos algumas décadas no tempo, sem perder de vista, porém, as interfaces com eventos situados em outras temporalidades, anteriores e futuras, o caráter internacional do debate e dos fenômenos de tendência mundial analisados, bem como possíveis dimensões transnacionais que possam acompanhar fluxos, matrizes, demandas e oportunidades.

NA AMÉRICA, ENTRE CONGRESSOS

Em 1939, um editorial da revista *Arquitectura*, órgão oficial da Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay (SCAU), sublinha com clareza sua inserção em percursos e debates em curso, ao afirmar: “No in-

tercâmbio de ideias, consequência de estudos e observações, aparece a renovação nas orientações do pensamento em todas as ordens, contribuindo à solução de múltiplos problemas que a vida moderna planteia a sua acelerada evolução”. O trecho é parte da introdução a um número dedicado aos congressos na área de arquitetura, especialmente preparado para destacar a proximidade de mais um evento pan-americano da área, inserindo-o em uma sequência de debates. Os membros da SCAU expunham as motivações dessas reuniões entre profissionais da arquitetura a partir da própria definição da disciplina: “que por ser arte nos eleva a um plano superior e por ser utilitária, também nos aproxima da ciência em suas aplicações racionais pelo melhoramento humano”.⁸ Os congressos, então, se distinguiam pelo intercâmbio, circulação e debate de ideias em favor da elaboração de soluções modernas para problemas e questões compartilhadas, mas, sobretudo, por serem momentos de consolidação de um sistema efetivo de colaboração em torno de uma pauta comum, como argumentavam esses profissionais uruguaios.

A estratégia narrativa não deixa de ser significativa: após ponderar sobre o papel dos congressos no campo profissional, remete aos três outros congressos previstos para os meses seguintes: o XV International Congress of Architects, que deveria ser sediado em Washington entre 24 e 30 de setembro de 1939; o I Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, previsto para 2 a 7 de outubro do mesmo ano; e o V Congreso Pan-Americano de Arquitectos (CPA), que seria realizado em Montevideu no ano seguinte, 1940. Assim alinhados na narrativa, os três dados situam o lugar almejado para o debate e alimentam uma ideia de continuidade e de um sentido de filiação nessas iniciativas voltadas ao debate entre os pares. O International Congress, em Washington, suspenso por causa do início do conflito mundial menos de um mês antes de seu início, em 1939, apontava uma perspectiva de inserção do continente americano em posição protagonista no campo profissional da arquitetura na esfera internacional, pois teria sido a primeira edição fora do continente europeu do Congrès International des Architectes, como era originalmente denominado.⁹ O segundo dado, o I Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, associado à Exposición Panamericana de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, foi articulado pela Unión

Panamericana, em inglês chamada de Pan American Union, e organizado localmente pela municipalidade e pela associação argentina de arquitetos. A menção a esse evento permite acentuar o interesse público estratégico e também governamental nessa pauta, também presente em organismos internacionais, como a Unión Panamericana – futuramente, Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa menção ao evento ainda em preparação, não haveria como antecipar seus expressivos desdobramentos, que reverberam também no Brasil nos anos seguintes, mas inseri-lo entre um congresso internacional e outro pan-americano de arquitetos no momento permite vislumbrar o potencial que os próprios profissionais provavelmente notavam nessas articulações.¹⁰

Há duas estratégias simultâneas, mobilizadas para atualizar o chamado aos arquitetos americanos para se reunirem em favor das conquistas coletivas da classe de profissionais: apelo à origem e recurso à participação em uma trajetória compartilhada. A narrativa sobre o V CPA reafirmava sua origem uruguaia a partir das inspirações do arquiteto Alfredo R. Campos e a realização do I Congresso, também em Montevideu no ano de 1920, buscando ao mesmo tempo revigorar o projeto inicial e reafirmar um percurso – estratégia que será retomada em outros números da mesma revista e em outras similares de vários países, recuperando o temário de cada edição do evento. Informava, ainda, como foi composto o Comitê Executivo da quinta edição e se apoiavam nas edições anteriores e em um certo legado construído, ao menos discursivamente, a partir desses encontros.¹¹

O Comitê Executivo, como ocorrera nas edições anteriores, foi responsável por elaborar os temas da edição de 1940: os problemas atuais de crescimento das cidades americanas (tema I); a habitação de classe média (tema II); concursos públicos (tema III); os auxiliares especialistas das obras de arquitetura (tema IV); estudos complementares de especialização das escolas de arquitetura (tema V); e sistematização do estudo da história da arquitetura americana (tema VI). São temas recorrentes nas quatro edições anteriores dos CPAs. As transformações e o crescimento do que se entendia por cidade americana eram temas debatidos desde a primeira edição e perpassaram os temas das edições de 1923, em Santiago do Chile; 1927, em Buenos Aires; e de

1930, no Rio de Janeiro.¹² A ênfase na busca por um suposto perfil distintivo da arquitetura e das práticas arquitetônicas na América também dava o tom dos debates que assinalavam a importância de se aprofundar o estudo da história de peculiaridades estéticas e manifestações artísticas no continente. Mas, ao lado dessa convergência das pautas nas primeiras cinco edições para as temáticas relacionadas à regulamentação e à defesa da prática profissional dos arquitetos, nota-se um caminho menos convergente até a década de 1950 em relação aos temas em torno do urbanismo.¹³

Os protocolos e as dinâmicas desses eventos eram, em grande parte muito, próximos a congressos e conferências realizados em outras partes do mundo desde meados do século XIX. Os delegados enviados pelas associações de cada país não tomavam a palavra como profissionais individualmente apenas, mas representavam posicionamentos previamente preparados nos debates prévios dos temas em seus respectivos países, cidades e associações. As sessões em torno de cada tema visavam construir coletivamente posições que pudessem representar e, ao mesmo tempo, construir direções para a inserção profissional no continente, em suas distintas dimensões. Ao analisar os vestígios desses encontros, perguntamos sobre como poderiam repercutir na prática da arquitetura e do urbanismo no continente. Menos do que promotores do consenso, como o exame inicial das conclusões de cada edição pode fazer crer, esses congressos eram marcados pelas disputas e embates entre diferentes posições e concepções acerca da arquitetura, do urbanismo e suas práticas.

O argumento a partir do estudo dos CPAs é estabelecido, portanto, a partir dos próprios vestígios desses encontros profissionais, com atenção detida para as narrativas advindas dos próprios congressos, nos quais posicionamentos e temas para análise eram definidos, constituídos do e no próprio debate, como resposta ou reação a ele. Enfatizar essa dinâmica, bem como a dimensão plural e heterogênea, por vezes até contraditória, atuante no campo profissional nesse período, bem como não ignorar as simultaneidades em relação a outros eventos, significa também ir além de teleologias aparentemente apaziguadoras, capazes de construir uma linearidade narrativa que converge, por exemplo, para cânones modernistas ou a eleição de um

perfil profissional como modelo. Analisar a configuração do campo do urbanismo a partir dos debates e repercussões de congressos como esses possibilita a apreensão de um campo dinâmico, arquitetado internacionalmente e, em certas questões, de caráter também transnacional. Ou seja, um debate que não fortalece fronteiras em seus diálogos, referências e dissensos.

NO DEBATE, ENTRE URBANISMOS

Dois pontos são reconhecidos nos eventos desde o primeiro CPA, em 1920: a necessidade de estimular estudos formais no campo do urbanismo e a premência da elaboração de planos reguladores. Entre os dois pontos, alternam-se debates sobre temas propriamente urbanos, como o lugar dos chamados centros históricos nas cidades e o persistente problema das habitações populares, e outros voltados ao estudo do território, como os processos de urbanização e a organização da infraestrutura. Sobre os estudos formais em urbanismo, inicialmente são propostas “classes livres gratuitas”, para ampliar o conhecimento sobre o campo, e não apenas a formação. Ao longo das edições, é apontada a necessidade de fomentar e intensificar os estudos de urbanismo nas escolas de arquitetura e urbanismo ou mesmo de engenharia, com diferentes proposições de encaminhamentos práticos no período, como a proposta aprovada no V CPA de criação de institutos oficiais autônomos de urbanismo e urbanística. Em 1930, diante do reconhecimento de desafios entendidos como comuns às cidades no continente, determina-se o urbanismo como tema obrigatório nos congressos a partir de então e, em 1940, determina-se a realização de reuniões nacionais de urbanismo e uma conferência pan-americana de urbanismo. Todo o percurso dos debates é permeado por discussões de referenciais, projetos e experiências em diferentes localidades e distintas escalas, com nuances e tensões possivelmente pouco visíveis ao encadear os argumentos e elaborar uma narrativa, seja aquela formulada e reiterada pelos pares a cada evento, sejam as formuladas pela historiografia em prol da compreensão/explicação dos congressos.

No terceiro CPA, em 1927, o urbanismo figurava como uma “ciência intimamente ligada com a Arquitetura” e responsável por solucionar um problema compartilhado pelas cidades americanas: a densidade exagerada das edificações sobre vias tradicionais. Os delegados reafirmaram como conclusão a necessidade de planos reguladores ou de extensão a cada povoação do continente, perspectiva já votada desde a primeira edição nos debates sobre a “cidade de tipo predominante na América”. Três anos depois, no Rio de Janeiro, a pauta do urbanismo tomou dimensões institucionais, já esboçadas desde o primeiro congresso, em 1920, com os votos pela criação, além de um curso especial de urbanismo nas escolas e faculdades, de uma liga pan-americana das cidades – nunca implementada nesse modelo.¹⁴ Em 1930, em uma edição marcada por polêmicas e antagonismos, o projeto de um curso de urbanismo fora alterado para a criação de cadeiras de urbanismo nas escolas superiores de arquitetura, relacionadas ao ensino de arquitetura paisagística.

O CPA de 1930 foi o único no período analisado a não contar com a publicação oficial das atas e conclusões pelo Comitê Executivo.¹⁵ Não é possível afirmarmos o porquê, mas os demais documentos que registram e narram as sessões plenárias do evento enfatizam posturas frequentemente exaltadas, que iriam contra um idealizado espírito de fraternidade e solidariedade que motivava essas reuniões. A tônica dos discursos proferidos no Rio de Janeiro por numerosos profissionais – tanto arquitetos quanto engenheiros – era a de exaltar, assim como o fez o delegado argentino Ricardo González Cortes, o êxito do evento em “conciliar os serviços das aspirações coletivas”.¹⁶ Os discursos na sessão de encerramento do IV CPA compartilhavam dessa tônica, ajustada à diplomacia da ocasião, ainda que alguns procedimentos oficiais para atenuar possível ofensas à “cordialidade americana” tenham sido considerados no plenário, sob protestos.¹⁷ Nesse ponto, enquanto os relatos oficiais não permitem detalhar essa tensão, o relato de um dos engenheiros delegados do congresso pode nos oferecer uma outra narrativa. Não podemos, a partir dessa documentação, identificar os agentes desses protestos, nem avaliar o quão enérgicos eles possam ter sido.

delegado do governo da Bahia ao evento com financiamento do Ministério das Relações Exteriores, registrou em detalhado relatório sua leitura do evento.¹⁸ Em determinado ponto, narra os debates sobre o urbanismo e critica duramente a atitude e os posicionamentos de José Marianno Filho, visto como responsável por uma celeuma. Ele atribui ao médico pernambucano a proposta de criar cadeiras de urbanismo nas escolas de arquitetura ao invés de um curso de urbanismo nas escolas politécnicas, como, segundo o engenheiro, fora votado na conclusão do tema. O urbanismo, para Marianno Filho, deveria se configurar como uma especialização da arquitetura e deveria ser do domínio desses profissionais, sobretudo pela dimensão estética de sua formação. Gama e Abreu narra que votou para que essa indicação não fosse objeto de deliberação, o que possivelmente desencadeou os protestos registrados em ata.

É interessante, neste ponto, observar pela narrativa de Gama e Abreu a sugestão de expectativas técnicas bem precisas, talvez por ser membro da Comissão do Plano da Cidade de Salvador, atuante desde a década de 1930, responsável na Bahia pelas disciplinas curriculares então voltadas a temas diretamente associado ao urbanismo – Higiene das Habitações e Saneamento das Cidades – e um dos principais membros do primeiro fórum especialmente constituído no Brasil para o debate sobre o urbanismo, a Semana de Urbanismo de Salvador, realizada entre outubro e novembro de 1935. Na ocasião, o engenheiro civil Gama e Abreu proferiu conferências sobre: zoneamento das cidades, tráfego urbano e *Model City Charter*.¹⁹ (BATISTA, 2013, p. 132-135) Também na escala local, havia ocorrido em 1931 o Congresso de Habitação, em São Paulo; em 1934, o Congresso Nacional de Arquitectura y Urbanismo do Chile, primeiro no continente a destacar o urbanismo; e, no de 1935, ocorrera o Congreso de Urbanismo, na cidade de Buenos Aires, pautando discussões sobre temas relacionados ao campo do urbanismo que repercutiram, por exemplo, em publicações da área, como a *Revista de Arquitectura* da Sociedad Central de Arquitectos argentina. Nela, foram publicados em 1935 temas como “Liberalismo territorial, urbanización controlada e urbanización dirigina” e o editorial “La urbanización del paiz”.²⁰ Ao acompanhar as repercussões e os debates em torno do tema nas décadas de 1920 e 1930, a despeito do intervalo de uma década sem o fórum amplo dos CPAs, é nítida

a constância dessa pauta, seja nos periódicos, seja nas exposições e esferas profissionais e governamentais.²¹ Essa presença frequente nos permite tanto relativizar o hiato quanto a importância atribuída ao sempre mencionado clima de acirramento de disputas no CPA do Rio de Janeiro.²² Outros projetos pareciam mobilizar mais energias.

No CPA de 1940, as conclusões sobre o tema I, problemas no crescimento das cidades americanas, instruíam sobre a necessidade considerada imposterável de uma ação coordenada de investigação, docência e divulgação dos problemas urbanos e rurais, além de impulsionar as realizações urbanísticas. O projeto previa a fundação de Institutos Oficiais Autónomos de Urbanismo y Urbanística como garantia de uma ação permanente. Essa proposta era complementada pela necessidade de se promoverem reuniões nacionais de urbanismo e uma conferência pan-americana sobre o tema.²³ Também o ensino de urbanismo voltou a ser tema de debate em 1940, com a defesa da criação de estudos dirigidos nas escolas e faculdades de arquitetura. Embora as decisões dependessem, em cada país, de outros embates para, eventualmente, alcançar força de lei, oferecem potencial persuasivo significativo, como recomendações legitimadas por um coletivo transnacional de especialistas.

ENTRE COMEÇOS, OS DEBATES

A essa altura, esperamos que os fios destacados nessa trama possam sustentar nosso argumento sobre a importância de uma leitura das pistas fora de alguma improvável linearidade ou racionalidade subjacente, mas em meio à efetiva disputa entre os agentes e as dinâmicas responsáveis pelas escolhas feitas nessa trajetória. Ampliar as buscas pelos vestígios acerca desse campo em constante debate permite vislumbrar dinâmicas e escalas múltiplas e simultâneas, e mesmo esta narrativa que apresentamos pode ser entendida como resultado desse desvio de alguma determinação linear. Inicialmente, buscávamos colocar lado a lado dois começos, analisando comparativamente pautas, objetivos e estratégias dos CPAs e da primeira

edição do Congresso Brasileiro de Urbanismo (CBU), em 1941. Seria um modo de narrar essa história considerando o papel de agentes, agenciamentos e dinâmicas experienciadas localmente e conectadas a relações e fluxos definidos de forma complexa e global. E o ponto em que nos encontramos nessa busca permite apontar para significativas aproximações entre discussões e encaminhamentos, sem que as preocupações locais, presentes na versão brasileira do evento, determinassem concepções distintas ou propostas singulares. São diagnósticos locais, mas sem fronteiras.

A organização do I CBU no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 27 de janeiro de 1941, parece estar inteiramente articulada a debates internacionais do campo da arquitetura e urbanismo, por vezes em meio a abordagens transnacionais das temáticas relativas ao urbano. A revista *Acrópole* publicou as conclusões do evento em março do mesmo ano, com anotações de Carlos A. Gomes Cardim Filho, chefe da Divisão de Urbanismo de São Paulo, implantada em 1936, para quem o encontro concretizaria um pensamento coletivo de engenheiros, arquitetos e urbanistas. Também a *Revista Municipal de Engenharia*, órgão do Distrito Federal, publica em 1941 e 1946 algumas das teses discutidas no encontro.²⁴ O exame das conclusões de cada tema sugere a prevalência da preocupação com dois aspectos: difusão de questões arquitetônicas ao público geral e formação dos urbanistas, pensada a partir de ensino e pesquisa. Nas conclusões, à semelhança de propostas discutidas nos CPAs, propõem-se iniciativas institucionais para o urbanismo: sobre a preparação especial do urbanista, indica-se a formação de um Instituto Brasileiro de Urbanismo voltado à pós-graduação e um Conselho Nacional de Urbanismo para verificar os estudos de urbanismo a serem realizados nos municípios brasileiros; sobre os preceitos urbanísticos, defendem-se a implementação e a fiscalização da aplicação de leis e planos reguladores e a organização de um Código Urbanístico Brasileiro; sobre a atuação profissional, como nos CPAs, também as conclusões de caráter geral votadas na terceira seção do I CBU sinalizam a preocupação com a regulamentação: “Que todos os municípios brasileiros procurem ter a seu serviço pelo menos um profissional habilitado nos termos do Decreto 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulamentou a profissão do engenheiro e do arquiteto”.²⁵

O tema da moradia, especialmente das casas populares, também foi debatido em 1941 na quarta seção, presidida por José Marianno Filho. A temática, de importância central em numerosos congressos de abrangência local e internacional desde meados do século XIX, esteve muitas vezes presente nas recomendações dos CPAs, na forma de indicações para iniciativas governamentais de financiamento e estabelecimento de políticas públicas.²⁶ Dada a frequência com que o tema esteve em pauta, com numerosos eventos exclusivamente dedicados a ele, pode não ser exagerado tomá-lo como questão fundamental no período, responsável inclusive pela constituição de um lugar social para a arquitetura, sobretudo a modernista – mas essa seria outra narrativa.²⁷ No continente americano, desde os anos 1920, eventos como Congreso de la Habitación Barata, em Valparaíso, 1925; o Congresso de Habitação, em São Paulo, 1931; Congreso Inter-americano de Municipalidades, em Havana, 1938; o Congreso Panamericano de la Vivienda Popular, em Buenos Aires, 1939; as Jornadas de Habitação Econômica do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), em São Paulo, 1941; entre outros, desdobram-se sobre distintas dimensões desse desafio. No I CBU, o tema se desdobra também na preocupação com as favelas, destacada na cobertura da imprensa diária, como o *Diário da Noite*, que publicou uma reportagem sobre a excursão organizada pelos membros do congresso ao Morro de Mangueira.²⁸ Um tema sem fronteiras e amplo no urbanismo, sem dúvida, mas enfatizado no debate com a sociedade a partir de uma experiência bem próxima.

Porém, ao lado desse tema sem dúvida internacional, houve espaço para contraditórias fronteiras, expressas, por exemplo, na indicação aparentemente protecionista sobre a proibição de urbanistas estrangeiros em obras de urbanização nas cidades brasileiras sem a colaboração de “elementos nacionais”. Nesse aspecto, teve atuação destacada o médico Marianno Filho, que representava o Rotary Club no evento.²⁹ Contraditoriamente, a desconfiança em relação aos nacionais se situa justamente ao lado do profissional que representava uma instituição de declaradas bandeiras internacionais, ainda que não raramente com tonalidades localistas, como analisa Pereira (2011), como o Rotary. Uma coincidência reforça essa contradição, pois, no mesmo periódico *Revista da Semana*, foram publicadas lado

a lado a medida de proteção de um mercado de trabalho nacional e a notícia da presença do arquiteto francês Alfredo Agache no CBU, identificado como “urbanista universalmente conhecido e reconhecido, há muito ligado ao Brasil, de onde estudou os principais centros urbanos [...]”.³⁰

Ao acompanhar os vestígios nas esferas locais e pan-americanas das discussões sobre essas pautas, em certo sentido, sobressai a percepção de uma continuidade expressa em diversas direções, de forma muito mais sincrônica do que linear. A abrangência do debate sobre dimensões do urbano e seus desafios no interior das dinâmicas desse campo profissional assinala a amplitude não apenas da circulação de ideias, mas sobretudo do debate permanente, constitutivo do próprio campo, em meio a pautas compartilhadas, posições plurais, polêmicas alimentadas nos eventos e também na historiografia que os discute. Essa continuidade expressa em diversas direções se coloca também em relação a supostas hierarquias e fronteiras, cotidianamente relevadas diante do imperioso desafio apresentado ao urbanismo na primeira metade do século XX. É significativo, nesse sentido, o registro da pauta, no Uruguai, sobre a reconstrução de cidades no pós-guerra em 1942, por exemplo.³¹

ENTRE APONTAMENTOS E DEBATES FINAIS

Na *Revista de Arquitectura* publicada em outubro de 1939, com extensiva cobertura dos trabalhos da Exposição e I Congresso Panamericano de la Vivienda Popular, encontramos de modo exemplar alguns dos aspectos analisados nestes apontamentos. Entre as detalhadas informações sobre o evento documentadas no periódico técnico, é possível acompanhar, ao lado do tema específico da habitação popular, algumas temáticas continuamente presentes nessa pauta multidirecional do campo do urbanismo no período: a preocupação com especificidades das cidades americanas, a normatização de concursos públicos, a regulamentação da ação de profissionais habilitados, a importância do estudo da história, a preocupação com o acolhimento

de todos os idiomas oficiais do continente e a atenção à explicitação dos referenciais técnicos e práticos. Cada um desses elementos pode ser acompanhado nos numerosos eventos do campo da arquitetura e urbanismo efetivados em distintos espaços na primeira metade do século. Trata-se de uma pauta assumida como comum, um desafio para o campo, e não para os saberes ou culturas locais.

A busca por uma terminologia mais precisa para conferir mais propriedade a nossos modos de narrar tem desafiado a crítica e as narrativas sobre a história urbana e do urbanismo há décadas, sobretudo quando tocam essa pauta multidirecional. Talvez avancemos na mesma dinâmica acompanhada nos objetos dessas pesquisas: por meio dos debates. A questão das referências ou dos ideários internacionais torna-se central e impõe uma abertura para revisar até mesmo os conceitos que temos mobilizado para discuti-la.³² Embora a sedução pelo uso da simplificadora e comprometedora noção de “influência” tenha perdido força, os caminhos tateados pela historiografia não deixam de lhe render algum crédito, ainda que indireto.

Circulação, intercâmbio, difusão, ressonância, tradução, transferências, apropriação, (re)interpretação de modelos, fluxos, “trânsito das ideias”, apropriação, assimilação, citações, “itinerários transatlânticos”, “sistema de representações partilhadas”, histórias cruzadas, redes de sociabilidade etc. são termos de um repertório extenso de interpretações, talvez fortemente ancorado na ideia de circulação. Ela é revigorada, por exemplo, na leitura de que o desconhecimento sobre os textos de “nossos pioneiros” na historiografia internacional ocorre porque seus textos não circulavam. (ANGOTTI-SALGUEIRO; SIMÕES JUNIOR., 2017) Apesar de algumas formas de circulação envolverem, de fato, o literal deslocamento de pessoas e, através delas, as palavras em livros, artigos, relatórios, conferências, cursos, congressos etc., as dinâmicas que buscamos colocar em discussão a partir dos vestígios dos congressos, por exemplo, não podem ser reduzidas a elas ou mensuradas a partir de prováveis efeitos e impactos. As pistas que o debate internacional em torno do urbanismo no legam são *multidirecionais e desiguais*, mas suas leituras não deveriam acatar previamente uma pseudoneutralidade ou subordinação.

O compartilhamento dessa pauta não apenas extrapola o Atlântico como também realça hierarquias, tanto no debate profissional quanto na historiografia. Seria apropriado ou fecundo para o debate acadêmico historiográfico pensarmos, a partir disso, em intérpretes de referenciais internacionais? Desse mesmo número aqui analisado da *Revista de Arquitectura*, de 1939, destacamos um vestígio interessante dessa extrapolação de fronteiras. Depois das notícias sobre a Exposição e Congreso de la Vivienda, o V CPA, o concurso para *viviendas rulares*, o salão de artes plásticas, entre outros dados de concursos e exposições na seção informativa da revista, foi publicada uma breve nota sobre o recebimento do *Manual de Urbanismo* de Karl H. Brunner, recém-editado em Bogotá, onde então atuava o arquiteto austríaco. Brunner é anunciado como professor de Urbanismo em faculdades em Viena, Santiago e Bogotá, e o livro é descrito como resultado de “estudos e experiência técnico-didáticas sobre o importante problema social de ordenar as cidades segundo as exigências as exigências racionais da cultura e o bem-estar coletivo”. Poderia passar despercebida a descrição objetiva da obra ou figurar como uma comprovação de possíveis buscas por filiações ou evidências de hierarquias. Porém, em nosso entendimento, trata-se de mais um indício desse desconhecimento de fronteiras diante da pauta e dos desafios em tela: “este ‘Manual de Urbanismo’ é uma obra de valor para os estudos sobre a matéria”. A narrativa, portanto, não deixa de remeter à dimensão internacional, assim como o debate não relega essa abrangência enquanto se compreende pelos vestígios que as dinâmicas, mesmo locais, não deixam de ser mundiais.

NOTAS

- 1 Seria possível referenciar uma série de avaliações críticas sobre as narrativas históricas e os respectivos riscos de interpretações. Podem-se mencionar, por exemplo, os estudos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), sobretudo Mignolo e Quijano, bem como as reflexões sobre perspectivas transnacionais. Para situar a discussão, entre numerosos estudiosos, destacam-se Ballestrin (2013), sobre o decolonial; Weinstein (2013) e Arique (2020), sobre o transnacional; Santos, Nicodemo e Pereira (2017), sobre “historiografias periféricas”; Huysen (2014), em reflexões sobre implicações para políticas da memória no contemporâneo e “geografias dos modernismos” no mundo globalizante; sobre implicações das teorias da dependência para os estudos urbanos, acompanham-se aqui vários estudos de Bresciani (2012), em especial o debate sobre o lugar das ideias; Waisman (2013), sobre o lugar da narrativa sobre arquitetura produzida no continente americano; e Mudrovcic (2012), sobre imbricações entre narrativas, tempo, nacionalismos e modernidades.
- 2 No primeiro congresso, de 1898, houve também o registro relativo às visitas guiadas, usuais nesse tipo de evento, acompanhada de reproduções de fotografias e ilustrações das cinco localidades visitadas. O instituto criado em Bruxelas foi responsável pela publicação *L'Art public – Revue de l'Institut International d'Art public*. Localizamos dados sobre a vigência da publicação entre 1907 e 1912, com 12 números publicados, e quatro edições do evento.
- 3 Estão entre os participantes do evento, identificados nos anais: representantes oficiais do governo brasileiro (ministro Rego Barros), do governo argentino (engenheiro Sarabayrouse, inspetor de construções de Buenos Aires), do governo colombiano (William Wiley), do governo chileno (Cabezas, diretor de escola, e Carlos Cruz, do Ministério da Instrução), do Uruguai (membro da comissão da Biblioteca Nacional, seu diretor, Villegas Zuniga, e membro da comissão do Museu Nacional), do governo mexicano (S. E. de la Prata, ministro mexicano em Bruxelas). *Congrès international de l'art public*, 3e, 1905, Liège, p. 54-56.
- 4 Um levantamento inicial confirmou a concomitância de ao menos dez eventos paralelos durante a exposição em Liège, inclusive o congresso de obras públicas. Esse número não é total, mas certamente é bem menor que o registrado em Paris, na Exposição Universal de 1900, quando mais de cinquenta eventos dos mais variados temas tiveram lugar na cidade, entre eles: *V Congrès international des architectes*, *XI Congrès international des habitations a bom marché*, *Congrès international des méthodes d'essai des matériaux de construction*, *I Congrès international des associations d'inventeurs*, *I Congrès international des voyageurs et représentants de commerce*, *Congrès international d'automobilisme*, *VI Congrès international des chemins de fer*, *VIII Congrès international de navigation*, *V Congrès international des acidentés de travail et des assurances sociales*, *Congrès international assistance publique et de bienfaisance privée*, *Congrès international du commerce et de l'industrie*, *Congrès international des la condition et des droits des femmes*, *I Congrès national e international de la coopération socialiste*, *I Congrès socialiste international*,

- Congrès international colonial, X Congrès international d'hygiène et de démographie, XII Congrès international de médecine, I Congrès international de la presse médicale, I Congrès international des bibliothécaires.* (GREGORY, 1938)
- 5 São mais de 170 compilações publicadas na revista nesse período, assinadas por cinco diferentes autores ao longo desse tempo: Crocker (1907), Stanton (1912), Sellers (1914), Matthews (1921) e Dart (1950).
 - 6 Além da edição periódica de “Chronicle of International Events” e do apêndice de Baldwin, com cerca de 350 eventos internacionais catalogados, é importante mencionar ao menos outra publicação com perfil similar, com 1.404 eventos no período entre 1840 e 1937, listados e publicados pelo editor Winifred Gregory (1938) na forma de um catálogo de impressionante abrangência: *Second Catalogue of Publications of International Congresses and Conferences*.
 - 7 Debates reunidos no projeto de Bender e Smith (2017) tensionando dimensões locais e nacionais se somam às reflexões desta pesquisa para sintetizar esses apontamentos.
 - 8 *Arquitectura*, ano XXV, n. 202, 1939, p. 7.
 - 9 Iniciados em Paris por iniciativa do Comité Permanent International des Architectes, criado em 1867, os congressos tiveram todas as edições até 1939 realizadas na Europa, com repetições em Paris e Roma, por exemplo. Depois da interrupção pela Segunda Guerra, retorna em Lousanne, em 1948, com a fusão do Comité com a Réunions Internationales des Architectes (RIA), formando a Unión Interlacionale des Architectes (UIA) – sua 27ª edição, inicialmente prevista para 2020 no Rio de Janeiro, foi adiada devido à pandemia do novo coronavírus. Informações disponíveis em: <https://uia.org/doc-archive> e <http://www.lonsea.de/pub/org/883>.
 - 10 Para um panorama detalhado do Congreso de la Vivienda Popular, consultar a *Revista de Arquitectura*, out. 1939, disponível em: <https://biblioteca.fadu.uba.ar/>. Sobre os desdobramentos dos debates sobre habitação, ver: Feldman (2014).
 - 11 O Comitê Executivo do V CPA era composto pelos seguintes membros da SCAU: Daniel Rocco, presidente; Raúl Lerena Acevedo, vice-presidente; Julio Bauzá, vice-presidente; Horacio Terra Arocena, secretário-geral; Julio Duhalde, secretário; Miguel Bellini, secretário; Héctor Berrére, secretário; e Antonio Chiarino Ravenna, tesoureiro. Cumprindo sua proposta internacional, define quatro idiomas aceitos no congresso, como nos anos anteriores: espanhol, português, inglês e francês.
 - 12 Ao longo das sete edições ocorridas na primeira metade do século XX, 20 países foram representados por meio de profissionais agrupados em delegações, cuja participação era inconstante. Ao longo das primeiras sete edições – 1920, 1923, 1927, 1930, 1940, 1947 e 1950 –, os seguintes países aderiram aos eventos e participaram ao menos uma vez: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Peru, Paraguai,

República Dominicana, Panamá, Porto Rico, Uruguai e Venezuela. Frente a esse quadro heterogêneo, é possível identificar um forte engajamento de, ao menos, cinco países. Apenas quatro participaram de todas as edições entre 1920 e 1950: Argentina, Chile, Estados Unidos e Uruguai. O Brasil não participou diretamente apenas da edição de 1923, sediada no Chile, mas enviou delegações a todas as demais.

- 13 Esses aspectos profissionais foram analisados por Atique (2009) e Novo (2018). É significativo assinalar que o tema do urbanismo figurou nos CPAs explicitamente pela primeira vez na terceira edição do evento.
- 14 Sobre a liga, Max Aguirre González (2012) registra os propósitos da iniciativa, embora não efetivada.
- 15 A não publicação da documentação oficial da edição de 1930 torna as revistas técnicas, nacionais e internacionais, e periódicos cariocas do período fontes importantes para entender os debates ocorridos na ocasião, como afirma Cerasoli (2012).
- 16 A participação de engenheiros nos CPAs não era incomum. Na *Revista Do Club De Engenharia* (n. 33, 1931, p. 379), é possível encontrar um relato de Gastão Baiana, representante da instituição no V CPA, no qual ele apontava a deficiente organização das comissões, que não chegaram a ler nenhuma tese apresentada. Segundo o engenheiro, as conclusões apresentadas eram vagas e platônicas, aprovadas de maneira apressada: “É de esperar que no Congresso de Engenharia os assuntos sejam estudados com mais cuidado, e deem lugar as conclusões de feição mais prática”. A afirmação de Cortes está em: *Revista de Arquitectura*, n. 116, ago. 1930, p. 500.
- 17 A *Revista de Arquitectura* (n. 116, ago. 1930, p. 501) reúne alguns registros. O uruguaio Eugenio Baroffio chega a reconhecer terem sido encontradas, durante o evento, algumas pedras pelo caminho e faz votos para que elas desapareçam nos próximos eventos. Na ata da sessão anterior, entretanto, ao narrar os debates sobre o tema do urbanismo e as disputas entre engenheiros e arquitetos sobre o monopólio de tais atividades e práticas, resolveu-se por publicar em ata o seguinte informe: “Em continuação, a mesa foi autorizada a retirara dos anais os termos que poderiam ser ofensivos para a cordialidade americana. Isso ocasionou alguns protestos” (REVISTA DE ARQUITECTURA, 1930, p. 499)
- 18 O relatório de Gama e Abreu visava justificar os gastos de sua viagem ao governador do estado e foi publicado no mesmo ano pela Imprensa Oficial da Bahia. Ele chegou ao Rio de Janeiro, acompanhado do deputado Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, também representante da Bahia, na noite de 16 de junho de 1930 no paquete “Flandria”, com passagens cedidas pelo também engenheiro baiano Octavio Mangabeira, ministro de Relações Exteriores do governo de Washington Luís, que apoiava o evento. Gama e Abreu graduou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, catedrático da Escola Politécnica da Bahia, onde lecionou Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios, Saneamento e

- Traçados das Cidades. Na Universidade da Bahia, Gama e Abreu lecionou Higiene das Habitações e Saneamento das Cidades e atuou como diretor de obras do Estado da Bahia e como diretor-geral do Departamento das Municipalidades. (BATISTA, 2013)
- 19 Sobre a Semana de Urbanismo, que se estendeu por 20 dias, ver a publicação facsimilar da Assembleia Legislativa da Bahia. (FERNANDES; FIGUEIREDO; REBOUÇAS, 2016)
- 20 *Revista de Arquitectura*, março, n. 171; novembro, 179.
- 21 Rodrigo de Faria, por exemplo, chama atenção para o processo de institucionalização no campo governamental da área de urbanismo a partir dos anos 1930, com a criação de comissões de plano das cidades e departamentos de urbanismo. Ver: Faria (2015).
- 22 Se, de fato, os congressos só voltaram a acontecer em 1940, em um retorno a sua primeira sede, a cidade de Montevideú, os debates ao longo dessa década não deixaram de constituir-se em distintas direções, fortalecendo-se em diversas dimensões. Muitas foram as narrativas elaboradas pelas associações profissionais nacionais sobre o encerramento desse primeiro ciclo e difundidas nas revistas técnicas. A *Revista de Arquitectura*, órgão oficial da Sociedad Central de Arquitectos e do Centro de Estudiantes de Arquitectura de Buenos Aires, publicou, em março de 1940, um número dedicado ao V CPA. A narrativa parece elaborar a ideia de um legado construído a partir dessas primeiras edições: “[...] se refirmam velhas amizades, o regresso de rostos conhecidos através de antigas relações profissionais, se dá lugar ao nascimento de outras novas que irão transmitir o espírito dos Congressos e da confraternidade continental aos atuantes nos certames dos tempos futuros”. (*Revista de Arquitectura*, Ano XXVI, n. 231, mar. 1940, p. 108) Nesse número, algumas propagandas, que comumente ocupam grande parte das revistas, são direcionadas a partir dos CPAs. A Otis Elevator Company veiculou uma propaganda que afirmava aderir ao V CPA e formular votos para que as deliberações reafirmem o conceito de solidariedade profissional entre os arquitetos americanos em prol do progresso de todas as pátrias que convivem geográfica e espiritualmente no continente. É interessante notar como em 1940 a retórica da solidariedade, típica desses encontros, já era apropriada pelas empresas da construção civil. *Revista de Arquitectura*, Ano XXVI, n. 231, mar. 1940.
- 23 *Revista de Arquitectura*, Ano XXVI, n. 231, mar. 1940, p. 198. A recorrência de temas e questões relacionadas ao urbanismo nos debates dos CPAs indica sua centralidade no delineamento das pautas e seu papel nas dinâmicas do campo profissional do período - movimento anterior, por exemplo, à institucionalização da disciplina em faculdades de arquitetura e urbanismo ou mesmo dos setores governamentais dedicados ao urbanismo no Brasil. As recomendações de que a pauta se tornasse obrigatória em todas as edições desses eventos e os votos por instituições e reuniões nacionais que debatessem os problemas de urbanismo indicam a impossibilidade de uma solução ou resposta pronta tirada como conclusões dos CPAs, ao mesmo

tempo em que apontam claramente para a importância dessa pauta assumida por esses atores.

- 24 *Revista de Engenharia*, n. 2, 1941; n. 1, 2 e 3, 1946. Não são numerosos os vestígios sobre o evento, mas seguramente uma análise significativa sobre suas repercussões poderia ser feita a partir dos fragmentários registros na imprensa diária, sobretudo no Rio de Janeiro. Em São Paulo, certa rivalidade a respeito dos “urbanismos” das duas capitais pode ser acompanhada nas páginas do *Correio Paulistano* de 1941.
- 25 *Acrópole*, ano 3, n. 35, mar. 1941, p. 395. Segundo essa conclusão, os Departamentos de Municipalidades deveriam ter a composição mínima dos seguintes profissionais: engenheiro-agrônomo, engenheiro industrial ou electricista, engenheiro arquiteto, engenheiro civil e técnico especial em Urbanismo – indicação congruente com os debates em torno da regulamentação profissional em diversos fóruns desde os anos 1920.
- 26 Ver, sobre o extenso debate acerca da habitação econômica: Correia (2013), Carpintéro (1997) e Aravecchia Botas (2016).
- 27 Os levantamentos de Baldwin (1907b) e Gregory (1938) apresentam farto material para se seguir essas pistas sobre habitação.
- 28 O primeiro CBU. *A Noite*, 23 de janeiro de 1941, ver em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/6860. A questão da favela continua no periódico, nos dias seguintes: “O problema das favelas: o seu enquadramento no plano de remodelação da cidade – observações de um engenheiro arquiteto”. O artigo analisa o relatório do engenheiro arquiteto Rafael Paixão sobre o plano de remodelação da cidade, de Agache. O relatório foi encomendado pelo prefeito Henrique Dodsworth, por intermédio do secretário de Obras Edson Passos. *A Noite*, 3 de fevereiro de 1941, ver em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/7040. Acesso em: 19 mar. 2020.
- 29 A publicação completa das listas dos delegados representantes de cada uma das plurais associações e instituições representadas no CBU indica a recorrência de profissionais que também eram delegados nos CPAs. Paulo Candiota, Rafael Galvão e Paulo Camargo e Almeida, do Instituto de Arquitetos do Brasil, estiveram em Montevidéu em 1940 e tomaram parte dos debates sobre o urbanismo. Também o jornal *A Noite*, em 23 de janeiro de 1941, registrou uma nota anunciando uma reunião especial do Rotary Club do Rio de Janeiro, no Automóvel Clube do Brasil, dedicada ao CBU, indicando os representantes do Club no evento. Ver em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/6858. Acesso em: 19 mar. 2010. Sobre as imbricadas relações entre as pautas rotarianas para questões urbanas, centrais desde sua formação em Chicago, ver: Pereira (2011).
- 30 O profissional figura na lista de representantes do Rotary no evento, publicada na *Revista da Semana* em um número especial de urbanismo em maio de 1941. *Revista da Semana*, número especial de urbanismo, maio de 1941, p. 4. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/025909_04/3356. Sobre o I CBU, consultar também: Lima e demais autores (2010).

- 31 El próximo Congreso Nacional de Planificación de pos-guerra; La conferencia de la crisis de la edificación. Ambos artigos publicados na revista *Arquitectura*, da Sociedad Central de Arquitectos de Uruguay, em 1942. Disponível em: <https://issuu.com/bsau/docs/1942-207>.
- 32 Em balanço apresentado em 2017, Angotti-Salgueiro e Simões Junior. percorreram detidamente um repertório bastante extenso de terminologias utilizadas em pesquisas relacionadas ao tema, buscando distinguir cada termo e verificar sua legibilidade diante dos propósitos para compreender as relações mobilizadas na formação do campo disciplinar. Além disso, avaliam o alcance de propostas recentes na historiografia e buscam avançar, formulando propostas para se pensar a questão da interpretação das referências. Nossos apontamentos neste ponto buscam também dialogar com essa avaliação e com essa proposta.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana; SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Por uma reflexão sobre pioneiros do urbanismo no Brasil e modalidades de apropriação de ideários internacionais. Revisando terminologias e conceitos. *Vitruvius- Arqutextos*, São Paulo, ano 17, n. 203.01, abr. 2017. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/17.203/6516>. Acesso em 21 jul. 2020.

ARAVECCHIA BOTAS, Nilce. Trânsito de ideias e conformação de práticas: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, v. 23, n. 39, p. 36-52, 2016.

ATIQUÉ, Fernando. Articulações profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o amadurecimento de uma profissão no Brasil, 1920-1940. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-92.

ATIQUÉ, Fernando. A historiografia da arquitetura e das cidades, de fato, “importa”? Um balanço sobre algumas histórias transnacionais do espaço construído. *América*, São Paulo, n. 2, p. 64-73, 2020.

BALDWIN, Simeon E. The International Congresses and Conferences of the Last Century as Forces Working Toward the Solidarity of the World. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 1, n. 3, p. 565-578, 1907a. Disponível em: www.jstor.org/stable/2186820. Acesso em: 11 mar. 2020.

BALDWIN, Simeon E. [The International Congresses and Conferences of the Last Century as Forces Working Toward the Solidarity of the World]: appendix. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 1, n. 3, p. 808-829, 1907b. Disponível em: www.jstor.org/stable/2186845. Acesso em: 11 mar. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 19 mar. 2019.

em Salvador da Bahia. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, [s. l.], n. 9, p. 121-148, abr. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2117/82577>. Acesso em: 3 abr. 2019.

BENDER, Thomas; SMITH, Michel P. (ed.). *City and nation: rethinking place and identity..* 2nd. ed. Routledge, 2017. v. 7: Comparative Urban and Community Research

BRESCIANI, Stella. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, José Francisco B.; MENDONÇA, Eneida Maria (org.). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EdUFES, 2012. p. 141-159.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil, São Paulo-1917*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

CERASOLI, Josianne. O lugar da América: por uma expressão arquitetônica moderna, panamericana e universal nos anos 1920. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA, 21., 2012, Campinas. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2012.

CHRONIQUE – enquête internationale de l’Art public. Aspect et administration des domaines publics. L’Art public: revue de l’Institut international d’art public, Bruxelles, n. 3/4, p. 91-92, 1907-1908.

CORREIA, Telma de Barros; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Habitação econômica no Brasil: o IDORT e sua revista (1932-1960). *Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, São Carlos, n. 17, p. 62-74, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83028/86078>. Acesso em: 17 jul. 2013.

CROCKER, Henry G. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 1, n. 1, p. 154-185, Jan./Apr. 1907. Disponível em: www.jstor.org/stable/2186300. Acesso em: 11 mar. 2020.

DART, Dorothy R. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 44, n. 1, p. 167-180, Jan. 1950. Disponível em: www.jstor.org/stable/2193469. Acesso em: 11 mar. 2020.

FARIA, Rodrigo de. O Departamento Nacional de Urbanismo e a institucionalização do setor de urbanismo no Governo Federal Brasileiro: um contínuo processo histórico. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 12, n. 2,

p. 311-333, 2015. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2743>. Acesso em 3 abr. 2019.

FELDMAN, Sarah. Do Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular (1939) ao Seminário De Habitação e Reforma Urbana (1963): planejamento e habitação na perspectiva da metrópole latino-americana. *URBANA: revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 129-143, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635295>. Acesso em: 3 abr. 2019.

FERNANDES, Ana; FIGUEIREDO, Glória; REBOUÇAS, Thais (org.). *A Semana de Urbanismo de 1935: anais e reflexões contemporâneas (e edição fax-simile)*. Salvador: Editora da Assembléia Legislativa da Bahia, 2016.

GAMA E ABREU, Jayme Cunha da. *Relatório dos sucessos mais importantes verificados no IV Congresso Pan-Americano de Architectos apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado da Bahia pelo delegado baiano Eng. Civil Jayme Cunha da Gama e Abreu*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1930.

AGUIRRE GONZÁLEZ, Max. *La Arquitectura Moderna en Chile (1907-1942)*: Revistas de Arquitectura y Estrategia Gremial. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2012.

GREGORY, Winifred. *Second Catalogue of Publications of International Congresses and Conferences*. Dordrecht : Springer Netherlands, 1938.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LIMA, Fábio et al. Olhares de engenheiros, arquitetos e outros planejadores, Francisco Baptista de Oliveira e a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo em 1941, no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/34/34-214-1-SP.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MATTHEWS, M. Alice. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 15, n. 4, p. 569-584, July 1921. Disponível em: www.jstor.org/stable/2188295. Acesso em 13 mar. 2020.

MUDROVICIC, M. I. La nación, el tiempo histórico y la modernidad: la historia como sintoma. *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la*

Educación y Humanidades, Morón, v. 17, p. 25-38, 2012.

NOVO, Leonardo Faggion. *Entre arte e técnica: “arquiteturas políticas” na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331211>. Acesso em: 25 maio 2019.

PEREIRA, Margareth da Silva. Localistas e cosmopolitas: a rede do Rotary Club International e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). *Revista Oculum Ensaios*, Campinas, p. 12-31, n. 13, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n13a138>. Acesso em: 10 jul. 2020.

REVISTA DE ARQUITECTURA. Buenos Aires: [s. n.], n. 116, ago. 1930.

REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro: Club de Engenharia, n. 33, jan. 1931.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000100009>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Sellers, Kathryn. (1914) Chronicle of International Events.” *The American Journal of International Law*, Washington, vol. 8, no. 3, 1914, pp. 615–640. JSTOR, www.jstor.org/stable/2187504. Acesso em: 13 mar. 2020.

STANTON, Otis G. Chronicle of International Events. *The American Journal of International Law*, Washington, v. 6, n. 4, p. 985-990, Oct. 1912. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2186903>. Acesso em: 13 mar. 2020.

WAISMAN, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. Tradução Anita di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WEINSTEIN, Barbara. *Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 14, p. 13-29, jan./jun. 2013.